

Você merece uma cidade melhor

Marcos Libório Fernandes Costa

O Airbus A320 vindo de São Paulo tocou a pista 28 do aeroporto internacional Eduardo Gomes exatas 13:00 horas de um domingo de junho de 2010, após sobrevoar a selva amazônica por uma hora, sobrevoou esse onde só se distinguem árvores – milhares delas - e rios – dezenas de rios - e, findo aquele impressionante tapete de infinitos tons de verde recortado por finas serpentinhas azul- escuras, finalmente se descortinou a imensa clareira aberta na mata que é a capital do Amazonas, Manaus.

Ao deixar o climatizado terminal de passageiros fui recebido calorosamente por uma lufada de ar quente e úmido, calor sempre presente por aquelas bandas, faça chuva ou faça sol, no inverno ou no verão, de manhã e à noite. E à tarde. E de madrugada.

Calor e umidade eram companheiros inseparáveis dos exóticos habitantes daquelas paragens, postos pela natureza – o calor e a umidade - para convencimento dos humanos de que aquele pedaço do universo não lhes era favorável. Mas o homem, bicho estranho e irredutível, firmou o pé ali, primeiro por causa da borracha, depois pelo videocassete de quatro cabeças a preços de Miami, em seguida pela motocicleta japonesa monocilíndrica e, depois, com a ajuda do ar condicionado, acabou teimando em ficar naquele lugar, mesmo contra a vontade da natureza, no fim das contas pela mandioca e pelo açaí mesmo. E pelo coentro. Muito coentro.

O resultado é que estando sujeito a um calor infernal de um lado, e ao onipresente ar condicionado de outro, se é submetido diuturnamente – nativos e visitantes indistintamente – a um cruel processo de pasteurização, o tempo todo indo do frio para o calor úmido e deste para aquele, como se fôssemos o produto da ordenha de vacas, para ser purificado de todos os bichos que pudessem corrompê-lo, antes de ser entregue ao consumo. O resultado eram os resfriados eternos.

O taxista que me levou ao hotel no centro da cidade, rasgando a avenida Constantino Neri de ponta a ponta, só se preocupava em encontrar no porta-luvas do carro um CD musical de sua autoria, no

qual fazia um cover – bom, por sinal - do Waldick Soriano. Para minha sorte, apesar de sua completa desatenção na condução do veículo enquanto tocava “Eu não sou cachorro, não!”, não abalroamos nada e nem ninguém, pois a cidade estava deserta, em virtude do êxodo humano dos dias anteriores em direção à festa de Parintins, onde o boi Garantido enfrentava o boi Caprichoso numa disputa de vida ou morte.

Nessa triunfal chegada à minha primeira lotação na Receita Federal, notei que os poucos habitantes daquela cidade se moviam lentamente, tanto os funcionários do aeroporto e o motorista de táxi quanto o concierge do hotel e o garçom do restaurante. Moviam-se muito lentamente, eu diria, o que soube depois tratar-se da tal da leseira. Esses eram os manauaras, os nativos de Manaus. Ao som de “Perfume de Gardênia” desembarquei eu mesmo minhas malas, ao mesmo tempo em que declinava a compra do CD cover, para desgosto do taxista, e me instalei no segundo andar do antigo hotel com vista para os fundos do imponente Teatro Amazonas.

Sem água no hotel para um banho – situação que se tornou desagradavelmente corriqueira - sem restaurante no local, fui obrigado a me aventurar pela redondeza em busca de refeição num local suspeito, onde tudo – absolutamente tudo – tinha gosto de coentro. Por isso, ou apesar disso, contraí a primeira infecção intestinal de uma série, fruto da ausência na minha flora intestinal paulista de certa fauna local (bactérias, vírus e protozoários manauaras). É o que os médicos chamam de mal do viajante.

Não havia como prevenir esse mal, assim como não havia prevenção para a malária e a dengue, onipresentes naquela região inóspita. O máximo que se podia fazer era tomar a vacina contra a febre amarela e se besuntar de repelente para evitar as picadas dos sinistros mosquitos. E correr para o Hospital Tropical em caso de suspeita das doenças.

Soube depois de serpentes cruzando vias principais da cidade, de um cidadão alvejado por flecha após uma briga de bar, botos que se transformavam em gente em noite de lua cheia, mas meu infortúnio pessoal limitava-se mesmo aos constantes resfriados e infecções intestinais. E a saudade de casa.

Pois tudo aquilo parecia extremo demais para um paulistano de 40 anos, (mal) acostumado a bons serviços, eficiência e eficácia e agilidade, a uma padaria em cada esquina, um restaurante em cada rua, uma feira em cada bairro, um chopps e dois pastel em qualquer lugar e a qualquer hora.

Eu havia chegado a Manaus, mas pelas peculiaridades do povo e do lugar, parecia ter chegado a Macondo, a cidade imaginada pelo realismo mágico de Gabriel Garcia Marques. Embora possuísse bem mais que vinte casas de barro e taquara, construídas à margem de um rio de águas diáfanas que se precipitavam por um leito de pedras polidas, brancas e enormes como ovos pré- históricos, Manaus fazia-me sentir um legítimo e desafortunado Buendía, sem um Melquíades para conduzir-me ou uma Úrsula para consolar-me.

Sentia a melancolia e nostalgia de cem anos de solidão.

Mas estava disposto a suportar aquilo tudo; e a ser resiliente como na canção que encerra o drama almodovariano Ata-me: “Resistiré, para seguir viviendo... y aunque los vientos de la vida soplen fuerte, soy como el junco que se dobla pero siempre sigue en pie!”

...

Mas a “capital do Amazonas é cidade grande”, diziam-me entusiasticamente, antes da viagem, aqueles que não iriam para lá. Quase dois milhões de habitantes, universidades (uma federal e uma estadual, além de várias particulares), shopping centers, aeroporto e porto internacionais etc. Não podia ser assim tão ruim.

No atacado, Manaus parecia um bom lugar.

A descoberta de que ali estavam instalados comércios de marcas famosas me trouxe mais tranquilidade: afinal, as grandes redes comerciais podem ser dispensáveis numa cidade como São Paulo, mas em um ambiente sui generis como Macondo, digo, Manaus, seriam úteis para garantir uma qualidade razoável, sem a presença marcante do coentro. Pura ilusão.

No primeiro dia de trabalho, resolvi tomar um chá mate. Dentro do aeroporto havia uma “Rainha do Mate”, rede conhecida no Sudeste, portanto escolha acertadíssima. Ledo engano: ao pedir um trivial

“mate com leite”, recebi como resposta: “Não temos mate”. Como assim? A máquina estaria quebrada, portanto tive que me contentar com um suco de cajá. Se fosse temporário já seria bizarro, mas passei meu ano e meio em Manaus sem conseguir provar um copo daquele mate, sempre indisponível... na “Rainha do Mate”!

Caso semelhante ocorreu numa cadeia internacional de pizzas. Dessa vez com um grupo de colegas da Alfândega ouvimos de uma cândida atendente que a pizza tinha acabado. A pizzaria não tinha pizza! Não se tratava de um pedido exótico, não de um boeuf bourguignon, crepe suzette ou caviar, mas de uma mísera pizza de mozzarella, na pizzaria...

Numa também famosa rede de lanchonetes, ouvi de um outro cliente que seu lanche (um cheeseburger) viera sem o hambúrguer! Sem falar que eu estava esperando há quase meia hora por meu lanche num fast food...

Padarias? Sim, havia duas ou três... na cidade inteira! Ah, claro, certa vez também não havia pão numa dessas padarias... isso me levou, em meu delírio de abstinência de pão com manteiga na canoa, a desenvolver uma teoria que justificasse essa ausência tão elementar - a de que para haver

padarias eram necessárias duas coisas: esquinas e portuguesas. Em Brasília, a exemplo de Manaus, também há poucas padarias, mas faltam a ela as esquinas, todos sabem, por culpa de Lúcio Costa. Em Manaus, sobravam esquinas, mas se não havia padarias só poderia então ser por falta de cidadãos de Portugal em profusão.

Feiras livres? Dizia a lenda haver uma no Laranjeiras, mas ninguém nunca viu, assim como se comenta sobre cabeça de bacalhau e enterro de anão. Mercados? Vários, mas com preços elevados e qualidade muitas vezes duvidosa. Carne fresca? “Não temos”, só congelada. Verduras e legumes frescos? Somente a peso de ouro: um quilo de sálvia custava a fábula de mil reais! Isso porque – assim como José Arcádio Buendía percebeu em relação a Macondo, em sua expedição em busca do mar – percebi que Manaus era uma ilha, cercada de selva por quase todos os lados. Em Manaus quase nada se planta,

nada se cria, tudo se transforma... em mais selva. Exceto mandioca. E coentro.

Por todos esses fatores descobri, então, em minha experiência, e cunhei a expressão, que Manaus podia até ser boa no atacado, mas era muito complicada no varejo.

Como que para confirmar essa minha impressão (e expressão), li na lateral de um dos ônibus que por ali circulavam, ainda no primeiro dia na cidade, a caminho do hotel, a bordo do taxi do Waldick Soriano cover, o inacreditavelmente dúbio slogan da capital amazonense:

...

Os nomes das pessoas e a linguagem diferente também tornavam aquele lugar deveras exótico. Minha corretora de seguros era dona Michelina. Certo dia liguei para ela e fui atendido por sua assistente, a Katiusha. Conheci pessoalmente um John Lenon, e mais de um Uóshitom, grafado assim mesmo.

A mania de dar aos filhos nomes que eram resultado da junção de parte dos nomes dos pais também era clássica, como Raifran (Raimunda + Francisco) o que me causou um calafrio quando pensei que meu filho poderia ter se chamado Neumar se tivesse nascido ali (Neusa + Marcos).

Em relação às expressões e palavras que os manauaras usavam, o termo agorinha não estava para acontecer, era passado, já tinha acontecido. Sua alma sua palma queria dizer: cada um com seus problemas. À tarde era comum a preguiça, ou leseira, mas se fosse persistente era leseira baré. Para confirmar esse status, bastaria perguntar ao interlocutor: telesé, algo como “tu é leso, é”. E se batesse a leseira, o que acontecia sempre, melhor ir embora, borimbora.

Nem com nojo era o que poderiam te dizer, como uma veemente negação. Nada propriamente relacionado ao nojo em si, quando então usavam a expressão pitiú (cheiro forte de peixe). Já se concordassem contigo, você se tornaria um Pai d'égua, alguém legal. Essa expressão servia também para designar uma coisa boa. E se, além de ser um cara legal, acertasse em cheio um palpite, diziam no olho.

O fato de chamarem rotatória de bola, como a famosa rotatória do bairro Colorado, me surpreendeu na primeira vez que alguém me orientou a contornar a bola do Colorado para chegar ao meu destino. Mas e o GPS? Não funcionava! Por uma estranha interferência sideral o mapa aparecia ligeiramente deslocado da posição geográfica plotada, inviabilizando o funcionamento do aparelho. Proximidade com a linha do Equador? Interferência magnética? Leseira dos responsáveis locais em compensar o desvio geográfico para viabilizar o recurso?

Nunca descobri...

Também, com relação às expressões e palavras diferentes, chamavam qualquer pessoa, conhecidos e desconhecidos, de mano. E um doce de mandioca sem nenhum resquício de amendoim era um pé-de-moleque. Acintoso!

Aliás, mandioca era a matéria prima onipresente, desde a tapioca no café da manhã, passando pela farinha de flocos gigantes no almoço, até o tacacá de goma e jambu à noitinha. Se o Forrest Gump tivesse sido filmado em Manaus e não no Vietnã, ao invés do camarão, as receitas do futuro Bubba Gump teriam como base a famosa raiz: mandioca com tucupi, bolinho de mandioca com pirarucu, tambaqui empanado na farinha de mandioca, pato no tucupi de mandioca brava, tapioca de farinha fina de mandioca com tucumã, mandioca assada com coentro, croquete de mandioca, sopa de mandioca com carne de sol, escondidinho de carne seca com mandioca, bolo de mandioca, pudim de mandioca...

Tudo isso tornava Manaus cada vez mais incompreensível, mais fantástica, mais Macondo do que nunca para mim, um estrangeiro em seu próprio país.

Assim como no interessante filme francês “A Riviera não é aqui”, que circulou entre os colegas tão estrangeiros em Manaus quanto eu, e que retratava um funcionário público francês que queria ir para a Riviera, mas foi obrigado a conviver com os moradores do norte do país, em Nord-Pas-de-Calais, procurávamos pensar que aquela experiência não duraria muito, que logo poderíamos voltar para nossas casas, invariavelmente ao sul daquele lugar, “Back down south”, como cantavam os Kings of Leon.

...

Na Alfândega do próprio aeroporto Eduardo Gomes, fui assinalado ao trabalho no despacho de importação do terminal de cargas, o TECA. Depois de pouco tempo assumi a chefia do setor, muito mais pela minha idade avançada e pelo desespero do antigo chefe em achar um substituto que o permitisse ir embora - o que me fazia parecer mais apto à direção - do que por qualquer experiência anterior ou talento especial, que eu não tinha.

Logo no primeiro dia a secretária do setor - Dona Salustiana - nos recebeu com cara de poucos amigos, mas demonstrando uma eficiência acima da média. Com o tempo fui conhecendo melhor a Tiana e, como acontece nas melhores amizades, fomos gradualmente nos ajudando e compreendendo melhor um ao outro. De inimigos mortais - eu, pelo simples fato de ser paulista, ela, pelo simples fato de ser manauara - nos tornamos grandes amigos. Ela até me confidenciou, entre tantas inconfidências sobre meus predecessores, o porquê da prevenção dos manauaras contra os sulistas, principalmente esses paulistas metidos: “porque só pensam em trabalhar, não se divertem...”

O chefe anterior, Androvski, tão logo me convencera a assumir a lide, havia deixado um armário fechado a chave atrás de minha mesa, desaparecendo desde então. Quando perguntei a Tiana se a chave havia ficado com ela, respondeu com um sorriso maroto:

Tiana: O Androvski mandou te entregar a chave só quando o avião dele decolasse...

E então me dei conta de que aquela minha experiência como chefe seria muito mais

emocionante do que eu esperava. ...

Por uma dessas coincidências da vida, 60% das mercadorias que a Alfândega do aeroporto desembarçava eram componentes eletrônicos, minha especialidade, pois havia cursado exatamente essa área técnica vinte anos antes. Isso me deu uma certa vantagem competitiva em relação aos meus colegas Auditores, pois terminava meu trabalho sempre antes pela facilidade de identificar as

mercadorias sujeitas a inspeção. O que gerou também um caso pitoresco.

Numa inspeção de rotina, o importador trazia resistores, componentes eletrônicos que são identificados até hoje por anéis coloridos pintados à sua volta. Embora eu não lembrasse de todas as cores, lembrava que o último anel era o da tolerância, ou variabilidade do componente. Se fosse um ótimo componente, deveria ter um anel marrom, o que significa tolerância de 1%.

Ocorre que nessa inspeção o despachante aduaneiro estava particularmente loquaz, o que normalmente é sintoma de que há algo errado ali. Pedi a ele então que me identificasse uma mercadoria, cuja especificação era de tolerância de 1%, anel marrom.

Ele prontamente me entregou outra, com anel prata, o que significava tolerância de 10%. Questionei-o, então:

Eu – Escute, senhor: sua empresa realmente aceita utilizar componentes de pior qualidade em seus produtos? Veja aqui, a especificação é de tolerância de 1%, mas este resistor tem 10% de tolerância!

Resultado: ele empalideceu, balbuciou alguma coisa incompreensível, e no resto da inspeção aceitou resignado todas as inconsistências identificadas em suas mercadorias.

Ri muito depois com os colegas, porque o pobre diabo deve ter pensado assim: “Puxa, esses fiscais estão muito preparados, até código de cores dos componentes eles aprendem!”

...

O trabalho na importação absorvia toda minha atenção e energia, tornando um pouco mais breves meus dias naquele lugar tão exótico.

Mas tendo passado o susto inicial, depois de uns seis meses, comecei a entender a lógica e os costumes daquele povo tão diferente de mim mesmo e, ao mesmo tempo, tão brasileiro quanto eu. Nesse período de adaptação fui até malcriado, reconheço, recusando um peixe que me foi oferecido com simpatia e um wishful thinking: “quem come jaraqui não sai mais daqui”. Não, obrigado!

Mas como não recordar as inesquecíveis costelas de Tambaqui grelhadas, o Pirarucu amazônico com banana pacovã e outras receitas sofisticadas com os excelentes peixes de água doce da região. Mesmo o improvável joelho de porco grelhado, que alternávamos com a carne de sol com queijo coalho e a unha de caranguejo na Cachaçaria do Didi eram muito saborosos, acompanhados ou não de um bom suco de graviola ou cupuaçu gelado. Até o coentro, cum grano salis, começou a apetecer.

E o que dizer da imponente floresta amazônica, que começava no meu quintal na Ponta Negra e se estendia, à direita, até onde a vista podia ver, sendo substituída ao sul pelo não menos majestoso Rio Negro, que surgia gigante e humilde por trás do Hotel Tropical – o antigo - e emoldurava os espetaculares finais de tarde manauaras, quando o sol vibrante em seu poente parecia querer esconder-se entre o segundo e terceiro andares do famoso hotel, parecia querer entrar numa das suítes decoradas com temas indígenas para também assistir de camarote aquele imenso desfile de águas escuras em direção oposta ao seu próprio trajeto, em direção ao mar.

E o misterioso encontro das águas era outro espetáculo impressionante, ininterrupto, que acontecia ali pertinho, a jusante de Manaus, sustentando por quilômetros a separação dos rios como se houvesse uma parede invisível deixando ao sul o barrento Solimões e ao norte o escuro rio Negro, impedindo caprichosamente a mistura, como se fossem água e óleo. Mais impressionante ainda se visto do alto, a bordo de um helicóptero Black Hawk do Exército - o mesmo que resgatou os corpos do acidente da GOL 1907 e ajudou na operação de resgate de prisioneiros das FARC na Colômbia - como tive o privilégio de ver.

...

Certo dia, como que para sacudir a monotonia do trabalho de despacho, surgiu um caso diferente para minha análise: haviam sido retidos na inspeção da bagagem de passageiros vários aparelhos que desbloqueavam os canais das operadoras de TV pagas, os populares “gatos”, ou speednets, como eram conhecidos genericamente por causa de uma marca específica, mais ou menos como a gilette está para a lâmina de barbear.

Para quem trabalhou na aduana nessa época, é muito vívida a lembrança de que o speednet era um produto absolutamente irregular, mas que quase não havia meios legais de barrar sua entrada no país. Todos os envolvidos nesse tipo de fiscalização então lutavam freneticamente para barrar sua importação, mas não havia muitos meios de fazê-lo: não se tratava de produto contrafeito ou pirata, nem de importação proibida, nem vedado explicitamente por nenhuma lei brasileira. Praticamente o único modo de impedir sua entrada era caracterizando que essa bagagem acompanhada – como era normalmente trazido o aparelho – teria finalidade comercial. Mas isso também era difícil, dependia de prova constituída pela fiscalização.

Pois o cidadão – um Raifran, para variar - havia desembarcado em Manaus pouco antes da Páscoa com quinze desses aparelhos, vindos diretamente de Miami, e jurava que seriam para uso pessoal. Vários outros viajantes já haviam passado com um ou dois aparelhos, mas quinze com uma só pessoa era forte indício que esse manauara queria mesmo era ficar rico às custas da exploração comercial do uso alheio de sinal das operadoras à cabo.

Quem possuía tino fiscal, ou ao menos tivesse lido um ou dois contos do inspetor Maigret, já pressentia: permitir o speednet seria abrir uma brecha para entrada de outros produtos nocivos ao mercado e ao consumidor brasileiros. E quando se abre uma tal brecha, é difícil conter a avalanche que se segue. Como diz o caipira em sua humilde sabedoria: onde passa um boi, passa a boiada.

Travava-se então uma guerra silenciosa e intensa entre a Autoridade Aduaneira e os contrabandistas de plantão, que trabalhavam incessantemente para abrir tantas brechas quantas possíveis no controle aduaneiro. Uma guerra discreta e capilarizada, longe dos holofotes, mas intensa e difícil em que, quando se dá conta, o que separa o inimigo da conquista do território é apenas um punhado de soldados maltrapilhos, esfarrapados, mal-armados. Raifran tinha sido ousado: apostou nessa brecha para passar quinze aparelhos de uma vez, esgarçando-a. Perder essa batalha poderia nos ter levado à condição do governador Apolinario Moscote em Macondo, ou seja, a de uma “autoridade ornamental.”

Num belo dia lá veio então o confiante Raifran. Tiana o anunciou, não sem antes me recomendar cautela, enquanto me entregava uma fatia generosa de pudim de tapioca de sua lavra, envolta em guardanapo. Raifran entrou em seguida na minha sala, sentando-se à minha frente, junto com o irmão Devlin e o tio Talison. Quando perguntei a razão de ter importado tantos aparelhos, ele disse, sem pestanejar:

Raifran - Olha doutor, são para meu uso pessoal, tenho sete tevês em casa e meu irmão Devlin mais cinco. O resto é para o tio aqui.

Irmão e tio apenas assentiram positivamente, sem coragem de confirmar a estória de forma mais peremptória.

Isso acendeu meu alerta amarelo.

Eu – Seu objetivo então não é vender nenhum desses aparelhos?

Raifran – Não, senhor, de jeito nenhum! É tudo pra meu uso e da família...

Eu disse então a Raifran que iria analisar o caso e me manifestaria no processo administrativo que ele havia protocolado. Saíram os três de minha sala reafirmando o caráter não comercial daquela importação.

Desconfiadíssimo daquela versão, imediatamente acessei os sistemas internos da Receita Federal e logo descobri que Raifran era sócio de uma empresa de informática no Vieiralves, o melhor bairro de Manaus: o alerta amarelo tinha passado para um estridente vermelho.

E antes que o trio pudesse voltar ao seu QG e atrapalhar minha estratégia investigatória, saquei o telefone e liguei para a Rainfran Informática, sendo atendido pelo simpático Ridoel, funcionário do lugar.

Ridoel – Rainfran Informática, pois não?

Eu - Olá, gostaria de saber se vocês têm o speednet.

Ridoel - Puxa, rapaz, estamos sem... MAS SEMANA QUE VEM TÁ CHEGANDO UM NOVO LOTE! Patrão me confirmou isso...

Eu, refreando a excitação - ... e quanto custa?

Ridoel – Seiscentos (reais)... mas vale a pena, viu, mano! Destrava tudo que é canal! ...

Intraduzível em palavras a minha emoção naquele momento. De posse dessas evidências, pude indeferir o pleito do proto-importador, retendo a mercadoria perniciosa. O caráter comercial revelou-se não apenas pela quantidade, mas também pelo valor: na nota fiscal de Miami, cada aparelho havia sido adquirido por 25 dólares, ou pouco mais de 50 reais pelo câmbio da época...

Impossível não lembrar de Elliot Ness e de como pegou Al Capone por crime diverso do principal, por sonegação fiscal, e não por contrabando de bebidas e outros crimes, como gostaria. E justiça seja feita: quem bolou essa estratégia não foi Ness, que era do Tesouro, mas um agente do Fisco americano (IRS), Frank Wilson.

Ainda que por vias diversas – a caracterização de comércio – havíamos conseguido barrar a entrada no país daqueles produtos, frustrando a mega venda de Páscoa do Raifran. Eu senti, mutatis mutandis, a mesma satisfação que sentiram Ness e Wilson.

Pensei, já articulando em manauarês: é pai d'égua, no olho! ...

Após alguns meses, a Justiça Federal proibiu a importação dos speednet com base em demanda das operadoras a cabo, que reclamavam do uso indevido do sinal, perpetrado por meio desses aparelhos.

Essa guerra estava vencida definitivamente, mas era apenas uma das muitas que se travavam diariamente nos diversos pontos aduaneiros deste imenso país, em todos os portos, aeroportos e pontos de fronteira sob controle da Aduana do Brasil por muitos heróis anônimos.

...

Depois de um ano e meio em Manaus recebi, com mixed feelings, a notícia de que seria removido de localidade. Nesse momento passei a

refletir sobre a experiência que tive, sobre o sentido de tudo aquilo, sobre as lições aprendidas. Depois dessa aventura amazônica, fui removido para outro tipo de selva, a capital federal, talvez mais desafiadora e incompreensível ainda que a primeira.

No aeroporto Eduardo Gomes, à espera de meu último voo só de ida, de um lado um sentimento de alívio por voltar à civilização, aos modos fidalgos, às padarias e feiras livres que são o berço de nossa cultura ocidental.

E, de outro, de nostalgia por deixar para trás amigos e lugares tão diferentes e curiosos. Apesar do coentro.

Tiana, que vinha emburrada desde que soubera de minha saída próxima de Manaus, chorou na minha despedida, e ao enxergar a amizade em seu olhar, estando ambos na mesma sintonia, a abracei com os olhos marejados, pois percebi então que ela havia compreendido melhor aquele paulista que só pensava em trabalhar, mas que também se divertia de vez em quando.

E eu havia compreendido melhor aquela descendente de índios devoradora de tapioca e açaí, que tinha um ritmo de vida diferente, filha de um pedaço desconhecido do Brasil, longínquo e ignorado por muitos. Um pedaço do Brasil meio mágico, meio Macondo, mas ainda assim repleto de brasileiros como eu e você, caro leitor.

Manaus não se acabara em um pavoroso rodado de poeira e escombros, centrifugado pela cólera do furacão bíblico como Macondo e, ao contrário, talvez estivesse melhor do que quando cheguei, talvez estivesse mudada. Ou será que mudei eu? Talvez Manaus fosse, naquele momento, uma cidade melhor, como prometia a propaganda de duplo sentido.

Minha missão ali estava cumprida, era hora de partir, borimbora, mano!

* Marcos Libório Fernandes Costa, Receita Federal, Delegacia de Maiores Contribuintes (DEMAC/SP).